

O processo de Avaliação Qualitativa numa escola de Educação Integral: desafios e perspectivas

The process of Qualitative Evaluation in a school of Integral Education: challenges and perspectives

Maria Iara do Bonfim de Souza Rodrigues¹ Luís Ortiz Jiménez²

Resumo: Este presente estudo discorre sobre a avaliação qualitativa na perspectiva da Educação Integral. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral. Esta pesquisa ocorre no Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes, escola de Educação Integral, em 2017. Este estudo apresenta-se através de coleta de dados, numa abordagem qualitativa, com enfoque exploratório, descritivo e interpretativo. Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados como instrumentos da pesquisa, questionários para professores e alunos, e entrevista para os gestores, além de uma minuciosa análise da Atas dos Conselhos de Classe de 2016 e 2017, para que os critérios de avaliação fossem verificados, de acordo com sua consonância com Regime Escolar da Bahia, e que o processo avaliativo fosse caracterizado e conhecido por meio das perspectivas dos estudantes, professores e gestores da referida unidade escolar. Este estudo apresenta-se através de coleta de dados, numa abordagem qualitativa, com enfoque exploratório, descritivo e interpretativo. Todo o estudo foi teoricamente elaborado a partir das contribuições de Luckesi (2003 e 2005), Antunes (2013), Hoffmann (2006), Schellin (2015), dentre outros. Os resultados dessa pesquisa revelaram que o processo avaliativo da escola em questão acontece de forma diferenciada, onde todos os sujeitos da pesquisa são envolvidos, e em sua maioria acreditam que a escola está no caminho certo.

Palavras-Chave: ensino aprendizagem; avaliação qualitativa; educação integral.

Abstract: This present study deals with the qualitative evaluation in the perspective of Integral Education. This research aims to analyze the process of qualitative evaluation, as a tool in teaching learning, in a public school of Integral Education. This research takes place in the State School of Juiz Jorge Faria Góes, School of Integral Education, in 2017. This study is

¹ Universidad Autónoma de Asunción – Paraguay. Magister en Ciencias de la Educación. E-mail: iarasantanna@hotmail.com

² Universidad de Granada – España. Doctor en Ciencias de la Educación. Email: lortizj@ual.es

presented through data collection, in a qualitative approach, with an exploratory, descriptive and interpretative approach. In order to reach the proposed objectives, they were used as research tools, questionnaires for teachers and students, and interview for managers, as well as a thorough analysis of the Classes Minutes of 2016 and 2017, so that the evaluation criteria were verified, according to its consonance with the School System of Bahia, and that the evaluation process was characterized and known through the perspectives of the students, teachers and managers of said school unit. This study is presented through data collection, in a qualitative approach, with an exploratory, descriptive and interpretative approach. The whole study was theoretically elaborated from the contributions of Luckesi (2003 e 2005), Antunes (2013), Hoffmann (2006), Schellin (2015), among others. The results of this research revealed that the evaluation process of the school in question happens in a differentiated way, where all the subjects of the research are involved, and most believe that the school is on the right track.

Keywords: *teaching learning; qualitative evaluation; integral education.*

INTRODUÇÃO

Compreende-se que no processo ensino aprendizagem, a avaliação reflete a vida escolar do aluno e o desempenho da prática docente do professor, pois é uma ferramenta norteadora do agir pedagógico, tendo como objetivo o sucesso do educando.

Julgar, não é uma tarefa fácil para o educador, exige responsabilidade e postura ética, principalmente porque envolve a observação dos aspectos qualitativos, aos quais são apresentados por crianças e jovens em formação, onde cada um traz em sua “bagagem”, diferentes histórias de vida, crença e cultura. Por outro lado, a auto avaliação do educador propõe uma revisão metodológica e estratégica do seu agir docente, no sentido de reconhecer sua eficácia para um bom desenvolvimento no aprendizado do educando.

Para tanto, a Educação Integral enquadra-se num processo educativo, cuja a prática da avaliação qualitativa tenciona atender tanto às necessidades cognitivas, quanto ao desenvolvimento integral do educando visando sua formação cidadã.

Neste estudo, pretende-se apresentar o modelo de avaliação qualitativa escolar desenvolvido numa escola pública da rede estadual, no município de Feira de Santana, Bahia, Brasil, associado à importância dos conselhos de classe participativos trimestrais como suportes para o desenvolvimento de uma avaliação contínua, no processo de ensino aprendizagem. Para tal, levar-se-á em consideração, como ponto específico, a descrição dos critérios observados

pelo professor, bem como suas especificidades, oriundas das reuniões pedagógicas que antecedem o processo avaliativo analisado nesta pesquisa.

Em 1996, a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nº 9.394, atualmente em vigor, de acordo com seu art. 24, inciso V, item a, quanto à avaliação da aprendizagem, orienta que a verificação do rendimento escolar observará a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno e que os aspectos qualitativos devem sobrepor os quantitativos dos resultados, ao longo do período de aprendizagem e dos exames finais.

Por isso, compreende-se a importância da avaliação qualitativa, a partir da clareza dos objetivos, eficiência e eficácia na interatividade entre professor e educando, enfatizando a caracterização da questão problema desta pesquisa: como ocorre a avaliação qualitativa no processo ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral da rede estadual, na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil, no período entre 2016 e 2017?

Para tratar de tal questionamento, o presente estudo espera alcançar o seguinte objetivo geral: Analisar o processo de avaliação qualitativa, como ferramenta no ensino aprendizagem, numa escola pública de Educação Integral.

A partir da problematização e objetivo aqui apresentados, que norteiam este estudo, espera-se que este trabalho possa descrever o método de avaliação qualitativa utilizado pela escola em questão, e este, possa auxiliar a outras unidades de ensino na elaboração de seu próprio processo avaliativo, de forma que venha privilegiar sempre os aspectos qualitativos da aprendizagem, desde que estejam orientados pelo Regime Escolar vigente.

A partir da dinâmica do processo avaliativo da escola pesquisada, a autora sinaliza que os critérios de prática avaliativa, oferecem aos seus alunos a oportunidade do exercício da cidadania, através do desenvolvimento de suas necessidades cognitivas, pessoais e sociais, e do julgamento das capacidades, bem como dos padrões democraticamente acordados.

Quanto a metodologia, optou-se por uma abordagem qualitativa, por se aprofundar da complexidade do fenômeno estudado, no caso, o processo de avaliação qualitativa, pois permitiu um contato direto e prolongado da pesquisadora com os envolvidos na pesquisa, alunos, professores e gestores da instituição escolar investigada, por meio de coleta de dados, onde foram aplicados questionários para professores e alunos, entrevista com os gestores, e análise documental das Atas dos Conselhos de Classe, onde as informações deverão atender aos objetivos propostos neste estudo de investigação.

Enfim, espera-se que este estudo possa fornecer o instrumental necessário para uma significativa ampliação no olhar de pesquisadores e estudiosos da avaliação da aprendizagem

escolar, e que gestores e docentes, a partir de uma relação acolhedora, possam fornecer aos seus alunos a oportunidade de uma prática avaliativa democrática e participativa.

Contextualização

Concebendo a abordagem desse estudo, o processo de avaliação qualitativa na Educação Integral, se faz necessário recorrer aos pressupostos teóricos do processo de avaliação da aprendizagem, bem como da Educação Integral no Brasil.

O entendimento acerca da avaliação da aprendizagem escolar, por muito tempo, limitou-se à verificação do nível de desempenho do educando em determinado conteúdo (conjunto de informações, habilidades mentais e motoras, convicções, criatividade, etc...) e classificá-lo em aprovado ou reprovado, tornando assim, essa prática excludente.

Contudo, a evolução dos estudos sobre as concepções da avaliação da aprendizagem, tem mostrado, que para mudança ou redimensionamento da prática educativa, o processo avaliativo deve ser visto como um ato amoroso, no que se refere ao acolhimento e não apenas ao julgamento do educando, como afirma Luckesi (2005):

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, interativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção – que obrigatoriamente conduz à exclusão. (pp. 172-173)

Nessa perspectiva, a tendência da avaliação escolar é ocupar um lugar significativo para a tomada de decisões, no que tange ao redimensionamento da prática pedagógica do educador, que deverá se estender ao sucesso da aprendizagem dos alunos.

Diante dos desafios e perspectivas que a escola vive atualmente, objetivando a melhoria da educação, a avaliação assume um papel imprescindível na prática docente como mediadora e reflexiva, para o processo de ensino aprendizagem, pois para Hoffman (2006, p. 150), “A ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado”.

Nesse contexto, a proposta de Educação Integral possibilita uma dinâmica mais eficiente e responsável para a prática da avaliação da aprendizagem escolar, no que se refere ao tempo de convívio entre professor e aluno, logo o professor que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção no decorrer do ano letivo, da participação e produtividade de cada aluno, já que

Hoffman (2006) ressalta a avaliação como mediadora, pressupondo a necessidade de observação individual na produção do aluno, acompanhado ao processo de construção do conhecimento.

Portanto, a avaliação qualitativa na Educação Integral é principalmente um processo de acompanhamento da aprendizagem, que convida educador e educando à uma criticidade que permita um traçado de novos caminhos e atitudes para o sucesso do ensino aprendizagem.

Breve Histórico da Avaliação da Aprendizagem no Brasil e suas Bases Legais

Segundo Luckesi (2003), o modelo de aplicação de exames escolares que conhecemos hoje, e é desenvolvido na maioria das escolas, foi sistematizado a partir da chegada da Companhia de Jesus, do estudo jesuítico, de 1549.

Contrário ao modelo de educação tradicional, em 1920, Anísio Teixeira, aluno de John Dewey, filósofo norte-americano, traz para o Brasil o modelo do movimento, que surgiu na Inglaterra, chamado de Escola Nova, que carregava consigo uma escala de conceitos que substitui as notas, e que segundo Fernandes (2002), dá um enfoque puramente qualitativo ao processo de avaliação, observando as atitudes, esforço e êxito dos estudantes na execução das atividades.

Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em 1931, houve a primeira reforma de ensino, a Reforma Francisco Campos, que organizou o ensino secundário em duas etapas: o curso fundamental, duração de cinco anos, para atender alunos a partir de 11 anos, e o curso complementar, duração de dois anos, para aqueles candidatos ao ensino superior, ainda utilizando o método de exames nas avaliações.

Em 1942 com a Reforma Capanema, que permaneceu em vigor por nove anos, o ensino secundário continuou dividido em dois ciclos, e dessa vez nomeados por: ginásial e o clássico ou científico. No que concerne a avaliação, sua definição é praticamente a mesma, onde o aluno é avaliado apenas por provas e exames, e apenas observa-se que sua representação quantitativa se dá, através de uma escala numérica de zero a dez, como se encontra no Decreto-lei 4.244/42, cap. IV, art. 30: A qualidade dos resultados em exercícios e em exames será obtida por meio de notas, que se graduarão de zero a dez.

Em 11 de agosto de 1971, a Lei nº4.024/61 foi revogada pela Lei 5.692, que determinou as diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus, inclusive todos os artigos que se referem à avaliação. Além da verificação do rendimento escolar, em se manter sob a responsabilidade dos estabelecimentos, bem como o aproveitamento e a apuração da assiduidade do aluno, o art.

14 é composto de quatro parágrafos que tratam da promoção e dos estudos de recuperação, como verifica-se a seguir:

§1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expresso em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§2º - O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§3º - Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;

b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;

c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§4º - Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento.

A Lei 5.692/71 trata a avaliação como procedimento de acompanhamento e julgamento do aluno, visando alcançar os objetivos propostos, através de instrumentos diversos, do início ao fim do processo de aprendizagem do aluno e responsabilizava cada estabelecimento pela verificação do rendimento escolar por meio do aproveitamento e assiduidade do aluno.

Acerca da avaliação do rendimento escolar, a LDBEN nº 9.394/96, atualmente em vigor, no seu art. 24, inciso V, orienta que:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

A partir da Lei 9.324/96 da LDBEN, a avaliação tem o aluno como foco, no sentido mais amplo de melhoria da qualidade do ensino aprendizagem. Essa qualidade se refere tanto ao progresso do desenvolvimento do aluno, como no redimensionamento das práticas pedagógicas dos docentes.

Avaliação da Aprendizagem: concepções e possibilidades

Ao debruçarmos nosso olhar para os processos avaliativos relativos às práticas pedagógicas, percebemos que a avaliação da aprendizagem precisa ser considerada como ferramenta que auxilia educador e educando na construção do seu próprio “eu”. Sant’Anna (2002, p.27) afirma que no processo avaliativo, “O aluno não será um indivíduo passivo, e o professor, a autoridade que decide o que o aluno precisa e deve saber”.

Considerando a construção do conhecimento, para Hoffman (2006), os estudantes questionam pressupostos teóricos, modelos e metodologias da avaliação tradicional, ligada a um contexto social e político mais amplo e ainda considera que estudos não revelam os reflexos desse contexto na formação prática e avaliativa dos professores.

A partir da ideia de padrão e classificação, avaliação se confunde com verificação de resultados e a prática de exames, uma vez que limita-se apenas a observação e sinalização do nível de desempenho do educando num determinado conteúdo ou disciplina, em momentos estanques, por meio de instrumentos como, prova, testes e outros.

Quando (Perrenoud 1999; Souza 1993) dialogam acerca do papel equivocado dos instrumentos de verificação (testes, provas e outros), quando estes apenas estão a serviço da classificação e exclusão do educando. Sua verdadeira função seria redimensionar as práticas pedagógicas dos docentes, tendo o aluno como foco, no sentido de desenvolver suas potencialidades, para obter bons resultados em todo o processo de sua aprendizagem.

Luckesi (2005, p.39), afirma que, “A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva; diversa dos exames, que são classificatórios, seletivos e excludentes.” Essa afirmativa promove uma reflexão sobre a dimensão da avaliação da aprendizagem, como busca de melhoria de qualidade dos resultados, através de uma melhor qualidade do ensino, envolvendo os participantes do processo avaliativo.

É nesse caminho que essa pesquisa se orienta, dialogando com autores que concebem a avaliação da aprendizagem enquanto forma de construção emancipatória, acreditando que esse processo acontece, à proporção que o educando seja capaz de produzir significados e atribuir sentido à sua aprendizagem.

O Papel do Quantitativo e Qualitativo no processo de avaliação da aprendizagem

O quantitativo está associado à prática de exames, atribuição de notas e classificação dos alunos, quando o processo de ensino aprendizagem é visto como uma simples transmissão de conhecimento, onde o aluno apenas recebe e reproduz os conteúdos ministrados pelo

professor enquanto, o qualitativo se enquadra numa dimensão mais ampla do processo ensino aprendizagem quando está associado ao grau de desenvolvimento do educando, reconhecendo-o como agente capaz de atingir o seu melhor, e o educador, como mediador da aprendizagem.

A diferença entre avaliar e verificar, no sentido qualitativo e quantitativo da aprendizagem é assim apresentada por Luckesi (2005, p.100), “A avaliação é um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários ou finais; a verificação é uma configuração dos resultados parciais ou finais. A primeira é dinâmica, a segunda é estática”.

A avaliação, em termos qualitativos, se processa desde o primeiro contato com o aluno, de forma prognóstica, onde se alicerça a partir do conhecimento prévio do aluno, até a diagnóstica, que observa se os conhecimentos e habilidades previstas nos objetivos dos seus planejamentos foram adquiridos, ou os fatores que impediram essa aquisição, num processo permanente, de acordo com os diferentes níveis de aprendizagem.

Já o quantitativo perde seu sentido nos instrumentos de avaliação, quando os números representam apenas uma porcentagem de acertos e erros do aluno. Mas se a nota for analisada como importante ou não, para conteúdos relativos aos erros, com a pretensão de questionamentos acerca de dificuldades detectadas ou possíveis reorientações, mesmo aferida numericamente, o avaliador através de uma leitura significativa, passa a ter uma atitude diagnóstica, para elaboração de um resultado.

Diante das elucidações acerca do quantitativo e qualitativo na avaliação escolar, é urgente, que as ações do educando e os dados numéricos aferidos nas verificações, sejam considerados como pontos de chegada, e sirvam de pontos de partida para um diagnóstico que possibilite novos entendimentos e direcionamentos para o processo de ensino e aprendizagem.

A prática da Avaliação Qualitativa da aprendizagem na Educação Integral

Diante dos padrões históricos-sociais, a avaliação assumiu um papel de prática pedagógica excludente, através de provas e testes aplicados em momentos isolados da verificação da aprendizagem. A percepção equivocada que os educadores têm sobre a avaliação como momento distinto da educação, e até os tempos atuais, perdura como forma de classificar os educandos.

A avaliação deve ser feita através de diversos instrumentos de verificação, inclusive a prova, basta que esses estejam coerentes com a forma de ensinar, pois segundo Moretto (2010, p.119), “A avaliação da aprendizagem é um momento privilegiado de estudo, e não um acerto de contas”.

A prática avaliativa, em seu caráter qualitativo, tenciona refletir a ação pedagógica do professor, possibilitando a produção do conhecimento, privilegiando assim, o próprio processo reconstrutivo, por meio dos apoios didáticos presentes ou não na escola.

Nessa perspectiva, Pataro e Machado (2014) se referem a Educação Integral como sistema educacional cuja proposta, consiste em potencializar as relações de ensino e de aprendizagem, capazes de desenvolver no educando habilidades cognitivas, afetivas, éticas e sociais, por meio de experiências vivenciadas e compartilhadas em diferentes espaços educativos, mediadas pelo educador.

Portanto, a proposta de Educação Integral, para a formação de jovens autônomos, competentes e solidários, deve dispor do Protagonismo Juvenil, onde o jovem tornar-se-á sujeito e objeto de suas próprias ações, que devam subsidiar a construção do seu projeto de vida.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido a partir do método de abordagem qualitativa, pois o mesmo “serve para compreender um problema de caráter humano ou social, por meio da elaboração de um desenho complexo construído sobre palavras e desenvolvido num contexto natural” (Torres, Hernández e Campoy, 2011, p. 64).

Esse estudo delimitou como sujeitos da pesquisa, alunos, professores e gestores de uma escola pública da rede estadual, Educação Integral, em Feira de Santana, Bahia, Brasil, onde se desenvolve um processo avaliativo diferenciado, denominado pelos segmentos da comunidade escolar, de avaliação qualitativa.

O alcance desse trabalho está para o estudo do processo avaliativo numa escola de Educação Integral, com a proposta de descrever esse processo através das Atas dos Conselhos de Classe, verificar e caracterizar seus critérios juntos aos professores, alunos e gestores, e conhecer a opinião dos sujeitos da pesquisa, acerca do processo de avaliação da aprendizagem.

Esse estudo delimitou como sujeitos da pesquisa, alunos, professores e gestores de uma escola pública da rede estadual, Educação Integral, em Feira de Santana, Bahia, Brasil, onde se desenvolve um processo avaliativo diferenciado, denominado pelos segmentos da comunidade escolar, de avaliação qualitativa.

O alcance desse trabalho está para o estudo do processo avaliativo numa escola de Educação Integral, com a proposta de descrever esse processo através das Atas dos Conselhos

de Classe, verificar e caracterizar seus critérios juntos aos professores, alunos e gestores, e conhecer a opinião dos sujeitos da pesquisa, acerca do processo de avaliação da aprendizagem.

Nos questionários para estudantes e professores, optou-se pela escala Likert, por esta facilitar a medição do nível de concordância e frequência dos sujeitos dessa pesquisa, foram usados as alternativas em (06) níveis e os dados foram analisados no programa Microsoft Office Excel, versão 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a verificação dos critérios do processo de Avaliação Qualitativa da unidade escolar, na visão dos estudantes, percebe-se que assiduidade, disciplina, participação, cumprimento de tarefas e nota quantitativa são realmente os critérios obedecidos pelos professores na Avaliação Qualitativa dos alunos.

Percebe-se também que na maioria das vezes os professores, líderes e alunos da turma estão presentes nos Conselhos de Classe e que o colegiado escolar, pais e gestores, participam em menor frequência, e que em geral os professores obedecem aos critérios de avaliação.

Quanto à postura do professor em relação aos critérios de julgamento e sua prática, os alunos entram em consonância quando informam que esse processo avaliativo de maneira geral, às vezes acontece.

Dá-se a caracterização do processo avaliativo dessa escola, ao passo que a avaliação qualitativa é discorrida no momento dos Conselhos de Classe tanto para o aluno quanto para o professor, onde o primeiro tem oportunidade de rever sua postura e aprimorar o desenvolvimento de suas habilidades e competências, e o segundo adquire condições de redimensionar sua prática pedagógica, com a possibilidade de adequá-la ao perfil dos alunos da turma.

A prática cidadã é essencial numa escola de Educação Integral, para o aprimoramento da socialização do educando, através da confiança adquirida entre os sujeitos da pesquisa, educadores, estudantes e gestores, com o objetivo de preparar o aluno para vida, além dos muros da escola por meio da construção de um projeto de vida.

De acordo com a opinião dos estudantes, o processo avaliativo da unidade escolar tem uma certa responsabilidade na sua formação cidadã, promovendo condições de melhoria em sua aprendizagem, através da valorização de seu desempenho além da nota quantitativa. A maioria dos alunos acreditam no processo de Avaliação Qualitativa da escola, porém ainda não estão certos sobre a ética profissional de seus professores, quando se refere a interferência na

atribuição da nota qualitativa que pode haver dependendo da relação entre as partes, mas que de certa forma a Avaliação Qualitativa dessa escola é vista num panorama geral como um processo sério e justo.

Quanto à verificação dos critérios da Avaliação Qualitativa dessa escola, de acordo com os resultados dessa pesquisa, mesmo com a existência de um manual, há uma pequena parte dos professores que não conhecem todos os critérios pré-estabelecidos, e se conhecem não os cumprem.

No que diz respeito à opinião dos professores, a maioria está satisfeita com o processo de avaliação da escola, e também reconhecem que essa prática promove melhor relação entre eles e os estudantes.

Os professores também sinalizaram acerca das dificuldades enfrentadas para prática desse processo avaliativo, mas de certa forma acreditam no que a escola propõe consideram tal processo como uma ferramenta de transformação social.

Para uma gestora entrevistada, a escola está em busca seu caminho, mas ainda não se encontra preparada para essa proposta tão complexa, mas que com certeza é um processo de caráter inclusivo e analisa os educandos sob outras perspectivas que não só a dos números exatos.

Para a outra, ainda falta um pensamento mais coeso acerca da Avaliação Qualitativa e da responsabilidade de cada um, para que esse processo avaliativo aconteça com o sucesso esperado, pois a entrevistada considera sim, a Avaliação Qualitativa da escola como uma ferramenta de transformação social, pois resgata nos sujeitos participantes, valores éticos e morais necessários a formação e desenvolvimento do indivíduo.

A análise documental deu-se com uma varredura nas Atas dos Conselhos de Classe dos anos de 2016 e 2017. Os dados dessa análise contribuiu para elucidar questões acerca da descrição do processo de Avaliação Qualitativa do Colégio Estadual Juiz Jorge Faria Góes.

Uma observação importante da análise documental foi a presença de poucos professores nos Conselhos de classe, uma vez que, entende-se que é importante a presença do maior número possível de professores, pois trata-se de uma prática dialógica.

Um dado interessante, foi em relação as pessoas que participam dos Conselhos. Em relação à participação dos gestores nos Conselhos de Classe, dos 321 estudantes, 160 sinalizaram que os gestores participam, mas todas as atas encontra-se assinadas pelos mesmos.

Nas Atas também são encontrados registros de combinados e acordos que são feitos entre a turma e seus professores. Percebe-se que nesse momento, há um exercício da cidadania onde a ética é trabalhada, e então podemos entender o motivo pelo qual, tanto a maioria dos professores quanto a equipe gestora, considera a Avaliação Qualitativa dessa escola, como uma possível ferramenta de transformação social.

Ainda sobre análise das atas, verifica-se que os critérios avaliativos estão em consonância com o regime Escolar da Bahia, segundo documento anexo.

De acordo com a abordagem qualitativa desse estudo, a coleta de dados por meio de entrevista para os gestores deu-se como a finalidade de estar o mais próxima possível, para alcançar diferentes impressões das ideias das entrevistadas, pois, segundo Richardson (1999, p. 160), “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida”

CONCLUSÃO

A análise e discussão dos resultados desse estudo demonstrou a necessidade de reconhecer que o processo avaliativo dessa escola, acontece de forma diferenciada e aprofundada nas questões qualitativas do ensino aprendizagem, onde são atribuídos valores ao desenvolvimento dos conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais do aluno.

A interpretação criteriosa dos dados apontou para a assiduidade, disciplina, participação, cumprimento de tarefas e nota quantitativa, como critérios da Avaliação Qualitativa da escola. Esse estudo também mostrou, que nos Conselhos de Classe, que acontecem trimestralmente, são assegurados os usos desses critérios, com a participação de professores, gestores, pais, Colegiado Escolar, orientadores de turma e alunos presentes, para uma avaliação dialógica acerca do desempenhos dos alunos e em alguns momentos, questionamentos sobre a prática pedagógica dos professores.

Por meio dos dados coletados há evidências de que o processo de Avaliação Qualitativa dessa escola se caracteriza pela possibilidade do redirecionamento do agir pedagógico, pelo bom nível de relação de confiança existente entre os sujeitos da pesquisa e pela promoção da autonomia dos educandos, como alicerce social na construção de cada do projeto de vida voltado para a formação cidadã.

Percebeu-se, através das informações levantadas, neste estudo, que a maioria dos alunos e professores têm uma opinião positiva a respeito do processo de avaliação que é aplicado nessa

escola, onde eles consideram de uma certa forma um processo sério e justo sério, mas segundo os professores, alguns ainda enfrentam dificuldades para realizar tal prática.

Esse resultado, acerca da opinião de alunos e professores casa perfeitamente com as respostas de uma das gestoras, que além de acreditar nesse processo de avaliação, ela o caracteriza com uma prática complexa e que a escola ainda não se encontra totalmente preparada.

Enfim, de modo geral, o estudo revelou que há uma certa coerência entre os resultados, nas respostas dos envolvidos na pesquisa, onde foram detectados alguns desafios e a percepção de novas perspectivas acerca da Avaliação Qualitativa dessa unidade escolar.

REFERÊNCIAS

- Antunes, C., (2013). Avaliação da aprendizagem escolar, Petrópolis, Vozes.
- Lei n° 4.244. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 10 de Abril de 1942.
- Lei n.º 4.024. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 20 de dezembro de 1961.
- Lei n.º 5.692. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 11 de agosto de 1971.
- Lei n.º 9.394. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 20 de dezembro de 1996.
- Fernandes, M. E. A.,(2002). *Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e con do projeto*, Fortaleza, Edições Demócrito Rocha.
- Torres, J. A., Hernandez, A., e Campoy, T. J., (2011). Manual para elaboração de teses de mestrado e doutorado, Editora IBEP.
- Hoffmann, J., (2006). *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*, Porto Alegre, Mediação
- Hoffmann, J., (2006). *Avaliação: Mito e Desafio. Uma perspectiva construtivista*, Porto Alegre, Mediação.
- Luckesi, C. C., (2000). O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. *Revista Pátio*, 3(12), 1-7
- Luckesi, C. C., (2003). *A avaliação da aprendizagem na escola*, Salvador, Malabares.

- Luckesi, C. C., (2005). *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*, São Paulo, Cortez.
- Moretto, V. P., (2016). Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. *Cadernos de Graduação*, 3(2), 307-312
- Cássia, R., e Carvalho, V.L., (2014). Educação integral e a perspectiva histórico-crítica: aproximações possíveis, *Educação*, 39(1), 117-128
- Perrenoud, P., (1999). *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*, Porto alegre, Artmed.
- Richardson, R. J., (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*, São Paulo, Atlas.
- Sant'Anna, I. M. (2002). *Por que avaliar? Como avaliar? critérios e instrumentos*, Petrópolis, Vozes.
- Carmo, M., (2015). *A concepção de aprendizagem, o encaminhamento metodológico e a prática pedagógica na escola de tempo integral*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná.